

PT 40 anos - A crise dos 40



Por Valter Pomar*

Lutar, organizar, reconquistar maioria na classe trabalhadora: este é o caminho para superar a “crise dos 40” do nosso Partido dos Trabalhadores. E das trabalhadoras.

Em meio ao carnaval, num almoço com amigos, alguém disse que Bolsonaro, além de fascista, era um maluco total, pois vive para combater o comunismo, algo que “não existe mais no Brasil”. E acrescentou: “ninguém é mais comunista hoje!”

Por educação, não abri a boca, mas levantei o dedo, a mão e o garfo (não a faca, que permaneceu prudentemente deitada sobre a mesa). Surpresa, a interlocutora retrucou com ênfase: “que comunista nada, você é do PT!!”.

Este episódio é revelador da confusão política e ideológica em que estamos metidos, todos nós da esquerda brasileira.

Por um lado, somos atacados por uma extrema-direita que vê um comunista por detrás de cada palavra de ordem democrática. Por outro lado, temos uma esquerda que, na sua grande maioria, não consegue perceber que a extrema-direita tem certa razão.

Afinal, ao longo da história, muito sangue e suor tiveram que ser derramados para conquistar a soberania nacional, os direitos sociais e as liberdades democráticas. Ao contrário da lenda difundida por alguns, quem garantiu aquilo tudo não foi o fordismo e muito menos o liberalismo, mas sim a luta da classe trabalhadora, em especial do movimento socialista.

Além disso, o capitalismo neoliberal que nos é contemporâneo experimenta cada vez mais dificuldade para conviver com o bem estar social, as liberdades democráticas e a soberania nacional dos outros, o que faz com que políticas historicamente reformistas e socialdemocratas sejam hoje, de fato, ainda mais “ameaçadoras” do que antes.

E no Brasil, assim como em boa parte da América Latina, as classes dominantes continuam operando em chave escravocrata e

colonial. Para um patrimonialista, democratizar um pouquinho que seja a política é como uma expropriação.

Por todos estes motivos, quem quiser lutar de forma consequente por aquelas políticas “reformistas”, precisa estar disposto a enfrentar uma reação aparentemente despropositada. Queres paz, prepara-te para a guerra; queres reforma, prepara-te para fazer uma revolução.

No fundo, o espanto da colega de almoço tem relação direta com a derrota sofrida pelo PT e pelo restante da esquerda brasileira, entre 2016 e 2018: a crença de que se fossemos moderados, eles também seriam.

A vida confirmou o contrário. E o fez porque o capitalismo segue cada vez mais refratário a reformas, inclusive àquelas reformas que noutros tempos ajudaram a salvar o capitalismo de si mesmo. Vale dizer que em geral estas reformas foram impostas aos capitalistas. Talvez por este motivo, diz-se que Vargas acusava a burguesia brasileira de ser meio burra; se for verdade, isto nunca a impediu de lucrar como nunca, ao longo de cada período da história de nosso país.

Uma das conclusões a tirar disto tudo é que, seja ou não “comunista”, toda a esquerda brasileira é e continuará sendo alvo de uma feroz campanha anticomunista. E o alvo maior desta campanha é o principal partido da esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores, que completou no dia 10 de fevereiro de 2020 seus 40 anos de idade.

Como muita gente, acompanhei direta e pessoalmente a maior parte desta trajetória. Meu primeiro ato efetivo de militância petista foi na campanha eleitoral de 1982. A filiação propriamente dita ao Partido ocorreu apenas em 1985. Desde então, já fiz de tudo um pouco: militei em núcleo de base, fiz parte de diretório zonal, diretório municipal e diretório estadual. Assumi em 1993 a secretaria de Comunicação do PT São Paulo, a direção da revista *Teoria e Debate* e do boletim *Linha Direta*. Também atuei na área de formação política do Partido, especialmente no Instituto Cajamar, entre 1987 e 1991. Em 1997 ingressei no diretório nacional, fui eleito para uma das vice-presidências e, em 2005, para a secretaria de Relações Internacionais do PT (até 2010) e para a secretaria executiva do Foro de São Paulo (até 2013).

Dentro do Partido, militei na Articulação dos 113 e, em 1993, participei da criação da Articulação de Esquerda, tendência de que faço parte até hoje e em nome da qual disputei a presidência nacional do PT em 2005, 2007, 2013 e 2019.

Vale dizer que nunca fui parlamentar, nem mesmo candidato. Minha experiência governamental resumiu-se a assessorar, entre 1995 e 1996, o então prefeito de Santos (SP), David Capistrano; e a ser secretário de Cultura, Esportes em Turismo na gestão de Izalene Tiene, em Campinas (SP), entre dezembro de 2001 e dezembro de 2004.

Antes de militar no PT, participei por breve

período como militante da “base secundarista” da chamada esquerda do Partido Comunista do Brasil, por onde também passaram, entre muitos outros, José Genoíno, Tarso Genro, Wladimir Pomar, Ozeas Duarte, Carlos Eduardo de Carvalho, Maurício Faria, Humberto Cunha, Alon Feuerwerker, Igor Fuser, Celeste Dantas e Maria Luiza Fontenelle.

Vários desses saíram do PCdoB para criar o Partido Revolucionário Comunista, a partir do qual atuaram no PT e também no PMDB. Outros optaram desde o início por construir diretamente o PT, recusando a proposta de ter um “partido dentro do partido”.

Naquela época, minha decisão de militar no PT teve dois motivos fundamentais: a) o PT construía, na prática, uma alternativa à estratégia defendida pelos dois partidos oficialmente comunistas (PCdoB e PCB); b) o PT abrigava a maior parte da militância que dirigia as grandes lutas operárias e populares do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

O primeiro de meus motivos fundamentais para ingressar no PT continuou quase que totalmente válido até 1995. Entretanto, desde então o Partido veio mudando de linha política, aproximando-se mais e mais das posições que, nos anos 1980, eram defendidas pelos partidos comunistas oficiais e por organizações assemelhadas. Ou seja, a defesa de uma aliança estratégica com um setor dos capitalistas brasileiros, aliança traduzida em um programa que pretendia combinar uma etapa de desenvolvimento capitalista, com elevação dos níveis de democracia, bem estar social e soberania nacional.

Àquelas ideias, nos anos 1990 o PT acrescentou outra: a de que nossos objetivos poderiam ser alcançados mediante governos eleitos através das regras do jogo. Este acréscimo constituía uma metamorfose da noção original, defendida pelo próprio PT ainda nos anos 1980, segunda a qual a construção e a conquista do poder incluíam a disputa de eleições e o exercício de mandatos institucionais, combinados com a luta social, a organização da classe e o fortalecimento de uma cultura socialista de massas.

Desde 1995 a defesa da estratégia original do PT continuou a ser feita por algumas tendências, mas não mais pela maioria do Partido. Algumas dessas tendências continuam no PT até hoje; outras desistiram do PT e contribuíram para o surgimento do PSTU, da Consulta Popular e do PSOL. Mas nenhuma dessas organizações (nem o PCO, surgido antes) conseguiu escapar da força gravitacional do petismo, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista ideológico.

Por outro lado, a mudança na linha política do PT, a partir de 1995, converteu ao petismo muitos militantes que defendiam a tal aliança estratégica com setores da classe capitalista e/ou que viam a luta eleitoral e a ação institucional como os limites máximos da ação político partidária.

A citada conversão foi muito facilitada pela ofensiva neoliberal, que trouxe de volta dilemas dos anos 1930, mas também pelo

colapso do socialismo soviético, que muitos consideraram como o fim de todo socialismo, pelo menos daquele baseado em uma estratégia revolucionária de conquista do poder.

A aposta eleitoral e a aliança estratégica com um setor da classe capitalista pareceram dar seus melhores frutos entre 2006 e 2010. Mas o “lado B” daquela linha política mostrou toda sua força durante a fase final do governo Dilma Rousseff, no golpe de 2016, na condenação e prisão de Lula, na fraude que elegeu Bolsonaro.

Rebaixar o objetivo estratégico (substituir o anticapitalismo socialista pelo discurso antineoliberal e confundir a luta pelo poder com a conquista eleitoral de governos) trouxe, como efeitos colaterais, a renúncia prática de tentar realizar as chamadas reformas estruturais, a crença no compromisso democrático da classe dominante, a aposta no “republicanismo”, a dependência crescente frente ao financiamento estatal e empresarial, o enfraquecimento da organicidade militante e a subordinação do Partido (e movimentos) aos governos.

Isto tudo, mais a guinada dada em 2015, quando a presidenta Dilma Rousseff convocou Levy para ser ministro da Fazenda, tornaram impossível ao PT prevenir, resistir e derrotar o golpe. Tudo poderia ter sido diferente, mas o fato é que poucos setores do Partido perceberam que havíamos entrado em “tempos de guerra”. Aliás, para um grande número de próceres petistas, demorou a “cair a ficha” de que o Congresso aprovaria o “impeachment”, de que o Judiciário condenaria e prenderia Lula, de que as elites apoiariam Bolsonaro; e mesmo em 2018, nosso candidato Fernando Haddad achou ser o caso de elogiar aspectos supostamente positivos do trabalho de Moro e da Lava Jato.

No 6º Congresso nacional do PT (2017), o petismo ensaiou uma autocrítica da estratégia adotada desde 1995, em particular dos erros cometidos a partir de 2003. Mas, na campanha de Fernando Haddad e no 7º Congresso nacional (2019), ficou evidente que uma parcela significativa do Partido simplesmente não consegue visualizar a possibilidade de adotar outra estratégia, que não aquela já adotada contra os governos tucanos de Fernando Henrique Cardoso. É este o motivo real de alguns que, contra todas as evidências, seguem recusando fazer autocrítica da estratégia adotada desde 1995: o temor dos desdobramentos práticos que advirão do reconhecimento de que foi errada a política de “conciliação de classe”.

Caso a parcela moderada do petismo tenha razão, mais cedo ou mais tarde a história se repetirá, ganharemos as eleições, voltaremos ao governo federal e poderemos, então, implementar políticas públicas que, novamente, vão melhorar a vida do povo, ampliar as liberdades democráticas e reconstruir as bases da soberania nacional. E o golpismo terá sido apenas um hiato, um ponto fora da curva.

Vale dizer que, caso este cenário se converta em realidade, estará dada a justificativa para que o PT conclua sua metamorfose, deixando de ser um partido socialista (que luta pela superação do capitalismo) e se convertendo em um partido democrático (que luta apenas pela “democratização do capitalismo”). Isto porque o referido cenário demonstraria

algo que, como já expliquei, considero muito improvável: que o capitalismo contemporâneo, especialmente o brasileiro, seria capaz de conviver democraticamente com políticas reformistas estruturais e de longa duração. Neste caso, a luta pelo socialismo se metamorfosearia na luta por reformar o capitalismo. E minha colega de almoço teria, no final das contas, toda razão em se espantar com a existência de “comunistas-petistas”.

Mas se a parcela moderada do petismo não tiver razão, se o golpismo não for um hiato, mas uma tara; se o capitalismo brasileiro em particular e o capitalismo contemporâneo em geral não forem capazes de conviver e assimilar políticas reformistas fortes (como as propostas por Jeremy Corbyn e Bernie Sanders, por exemplo), então quem insistir numa estratégia testada e superada, estará contribuindo para o prolongamento da derrota sofrida entre 2016 e 2018, derrota aprofundada ao longo de 2019.

Vale lembrar que esta derrota não foi apenas do PT, nem apenas do conjunto dos partidos de esquerda. Foi de toda a classe trabalhadora e pode ser medida objetivamente pela piora nas condições de vida, pela redução nas liberdades e na soberania.

Frente a esta derrota, cada setor do PT e o petismo como um todo são chamados a escolher uma, dentre três alternativas fundamentais: a) ou reorientar completamente a estratégia, em condições cada vez mais difíceis e com cada vez menos chance de êxito; b) ou se adaptar cada vez mais, rebaixando os horizontes e as práticas ao nível da degeneração; c) e/ou viver derrotas em série, até que, mais cedo ou mais tarde, surja um partido que nos superará pela esquerda, como o próprio PT fez com os partidos de esquerda pré-existentis.

Detalhe: que partido seria este, capaz de, na pior das alternativas citadas, superar o petismo? Muito provavelmente, nenhum dos que estão aí se candidatando ao posto. Primeiro, porque uma destruição catastrófica do petismo criaria uma nuvem tóxica que sufocaria todas as organizações de esquerda, por muito tempo. Segundo, porque para surgir um partido que substitua o PT, seria necessário um tsunami de lutas sociais, similar ao dos anos 1970 e 1980. O Partido dos Trabalhadores, é bom lembrar, surgiu muitos anos depois da grande derrota sofrida pelo PCB e pelo PTB, num ambiente de ascenso da luta de massas.

Portanto, os problemas estratégicos que o PT enfrenta são imensos. Não admira que muitas pessoas não queiram pensar a respeito. Não admira, também, que outras simplesmente pirem, desistam, capitulem, cansem de “dar murro em ponta de faca”, abandonem a militância ativa. Assim como não admira que alguns hipotequem sua alma a um cargo em comissão (ou similar) e deixem “a vida levar”, movidos pela crença inercial de que contra Bolsonaro dará certo o que fizemos contra FHC.

Como reação pessoal é compreensível e, em muitas situações, inevitável, embora em algumas não seja agradável de ver, muito menos de cheirar, como é o caso de alguns personagens absolutamente irrecuperáveis, que poderiam contribuir fazendo como Vaccarezza, Palocci e outros: saindo

formalmente de um Partido ao qual já não pertencem de fato.

Mas, do ponto de vista político, nenhuma das atitudes citadas anteriormente contribuiu para enfrentar e solucionar o problema estratégico posto. Assim como tampouco contribui sair do PT em busca de uma utópica e inexistente bolha sem problemas, atitude adotada por muitos que não percebem que os problemas do PT não são problemas apenas do PT, mas sim os problemas da imensa maioria da vanguarda da classe trabalhadora brasileira. Motivo pelo qual muitas pessoas saem do PT, mas o PT não sai delas; motivo pelo qual muitos partidos de esquerda atuam, na prática, como se fossem “tendências externas” do petismo.

Uma coisa é certa: a classe trabalhadora vai dar a volta por cima, mais cedo ou mais tarde. E se queremos que isto ocorra o mais rápido possível, se não queremos que se repita um cenário como o de 1964/1980, então é preciso trabalhar para evitar a destruição catastrófica do petismo.

Este é um dos motivos pelos quais, 40 anos depois, continuo apostando no PT. Esse é, também, o motivo pelo qual alguns dos que apostaram noutros projetos partidários, visando superar o PT, hoje estão mudando de linha e reaproximando do petismo.

Falando noutros termos: só sob a liderança da esquerda a classe trabalhadora será capaz de derrotar o neofascismo e o ultraliberalismo; e até onde a vista alcança, não há como a esquerda fazer isso, sem o PT ou contra o PT. Mas se isto é verdade, também é verdade que o PT só conseguirá contribuir neste sentido se mudar sua orientação política e, principalmente, se conseguir materializar esta nova linha política, em uma nova prática política. Pois não será a golpe de selfies e tuítes que conseguiremos recuperar maioria política e organicidade militante, para as posições de esquerda, na classe trabalhadora.

Isso me remete para o outro dos motivos pelos quais ingressei no PT, nos anos 1980, motivo que continua válido até hoje. Em 2010, ao completar 30 anos, o PT não era apenas o Partido no qual militava a maior parte da vanguarda da classe trabalhadora brasileira; era também o Partido preferido pela maior parte da classe trabalhadora brasileira.

Hoje, dez anos depois, a situação se alterou em dois sentidos: cresceu bastante o número de militantes que não são petistas; e também cresceu bastante a parcela da classe trabalhadora que não vota no PT, muito antes pelo contrário. Entretanto, todas as pesquisas formais e informais indicam que o petismo continua sendo a opção da maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras conscientes.

Além disso, mesmo nas cidades e estados onde o PT se enfraqueceu muito – e por isto está sendo superado eleitoralmente por concorrentes de esquerda – estes partidos supostamente alternativos ao PT já incorrem em muitos dos defeitos do petismo, algumas vezes (infelizmente) sem incorrer nas qualidades.

Dito de outra forma, mesmo onde a estrutura formal do PT e sua força eleitoral estão em mal estado, a maior parte da vanguarda da classe trabalhadora segue sendo “petista”. E para conquistar esta base social, os partidos que surgiram fazendo a crítica ao PT acabam adotando posições (e atitudes) que mimetizam as do PT. Com isso, alguns (e, às vezes, vários) dos problemas que enfraqueceram o PT continuam presentes nas suas supostas alternativas. Um dos exemplos disto é o que vemos, por exemplo, no Rio de Janeiro: o PSOL superou o PT eleitoralmente, mas o conjunto da esquerda é menor hoje do que era antes, motivo pelo qual a direita vem até agora nadando de braçada.

Este é, portanto, outro dos motivos pelos quais continua sendo necessário disputar os rumos do PT. Pois se o PT não conseguir superar seus próprios problemas e limitações, o conjunto da esquerda e o conjunto da classe trabalhadora pagarão muito caro por isto; e se, após um tempo mais ou menos prolongado de derrota, surgir uma alternativa, esta alternativa enfrentará muitos dos mesmos dilemas que o PT enfrenta hoje; e se o PT não tiver conseguido enfrentar e superar estes dilemas, será muito mais difícil que nossos eventuais sucessores tenham êxito. Evitar um “loop infinito” como o citado é outro dos motivos pelos quais, 40 anos depois, considero necessário permanecer no PT.

E aqui voltamos ao ponto de partida deste texto: boa parte da força gravitacional do PT, nos anos 1980, vinha da convicção de que era possível e necessário construir um partido revolucionário de massas. Ou seja, engajar dezenas de milhões de pessoas em um movimento político e cultural contra tudo isso que está aí, num curso anticapitalista, anti-imperialista, socialista, revolucionário, capaz de virar o Brasil de ponta cabeça.

Ainda não demonstramos que isto é possível. O Brasil de 2020 é, em vários aspectos, pior do que o Brasil de 1980. Mas, seja naquilo que tivemos êxito parcial (melhorar relativamente a vida do povo), quanto naquilo em que ainda não tivemos êxito (mudar as estruturas do país, derrotar a classe dominante e impedir seu movimento reacionário), em todo caso ficou confirmada a necessidade inescapável de um movimento organizado de dezenas de milhões de trabalhadores e de trabalhadoras, dispostos a lutar radicalmente contra o status quo.

Também neste sentido os motivos que nos levaram a apostar a vida na construção do petismo seguem plenamente válidos. E aos que estão inundados por aquele pessimismo derrotista tão típico de épocas de reação política, só posso dizer que, se o bolsonarismo demonstrou que é possível converter milhões de pessoas em favor de posições reacionárias, absolutamente desprezíveis e criminosas, por qual motivo seria impossível ganhar milhões de pessoas para posições revolucionárias, em favor da mais ampla felicidade e igualdade?

Não se trata de acreditar na influência dos ventos alísios na menstuação da borboleta azul, mas simplesmente de lutar. Estudar, lutar, organizar, reconquistar maioria na classe trabalhadora: este é o caminho

para superar a “crise dos 40” do nosso Partido dos Trabalhadores. E das trabalhadoras.

***Valter Pomar** é dirigente nacional do PT e professor de relações internacionais na Universidade Federal do ABC.

A Terra é Redonda